



**COMPANHIA PAULISTA DE SECURITIZAÇÃO - CPSEC**

CNPJ nº 11.274.829/0001-07

**Relatório da Administração - Exercício de 2013**

Senhores Acionistas, A Companhia Paulista de Securitização ("CPSEC" ou "Companhia"), em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, as Notas Explicativas, o Relatório dos Auditores Independentes e o Parecer do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013. A CPSEC é uma sociedade por ações controlada pelo Estado de São Paulo e vinculada à Secretaria da Fazenda, cuja constituição, em 15 de outubro de 2009, foi autorizada pela Lei Estadual nº 13.723, de 29 de Setembro de 2009. Tem como objeto social a aquisição de direitos creditórios de titularidade do Estado de São Paulo, originários de créditos tributários e não-tributários, objeto de parcelamentos administrativos ou judiciais e a estruturação e implementação de operações que envolvam a emissão de valores mobiliários, tais como debêntures, de emissão pública ou privada, ou outra forma de obtenção de recursos junto ao mercado de capitais, lastreadas nos referidos direitos creditórios. A Companhia é registrada junto à Comissão de Valores Mobiliários - CVM, como Emissora de Valores Mobiliários na categoria B, na forma da Instrução CVM nº 480/09, prestando regularmente todas as informações e obrigações exigidas pela CVM para essa categoria de empresa. Em 20 de abril de 2012 por meio do Contrato de Cessão, a CPSEC adquiriu do Estado de São Paulo, seu acionista controlador, direitos creditórios originários do Programa de Parcelamento Incentivado do ICMS (PPI) no montante de R\$ 2.079.840.969. A liquidação se deu parte com recursos próprios da

Companhia, parte com recursos captados através da integralização das debêntures com garantia real, e parte com a subscção pelo Estado de São Paulo de debêntures subordinadas. A partir destes eventos, a Companhia entrou em fase operacional. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Companhia apresentou lucro de R\$ 338.398, conforme destacado nas Notas Explicativas, após o lucro de R\$ 3.048.800, auferido no exercício de findo em 31 de dezembro de 2012. O Conselho de Administração da Companhia em sua quinquagésima terceira reunião ordinária, realizada em 26 de março de 2014, aprovou a constituição de reserva legal no valor de R\$ 16.920, bem como a distribuição de dividendos aos acionistas no valor de R\$ 321.478, que representa 95% do lucro líquido e é equivalente a R\$ 0,09596358 por ação ordinária. A Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes ("Deloitte") é atualmente a empresa contratada para a prestação de serviços de auditoria independente relacionados aos exames das demonstrações financeiras da Companhia. A Companhia também contratou a Deloitte para prestação de serviços relacionados à obrigação assumida pela CPSEC na escritura das Debêntures de contratar auditoria independente para verificar a consistência das informações periódicas encaminhadas ao agente fiduciário. Em atenção à Instrução CVM nº 381/03, a Companhia adotou previamente procedimentos de verificação da existência de conflito de interesse, perda de independência ou de objetividade do auditor independente. Dentre os procedimentos adotados, verificou-se que o objeto pretendido era semelhante às rotinas utilizadas

para emissão de relatórios circunstanciados elaborados por auditores para controlar a integridade das demonstrações financeiras, e por consequência evidenciariam a efetividade dos controles e dos processos da Companhia. O objeto contratado consistiu na elaboração de três relatórios com periodicidade semestral, a partir do mês de novembro de 2012, intitulado de "Relatório dos Auditores Independentes de Procedimentos Previamente Acordados com as Constatções Factuais", e foi realizado de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade - NBC TSC 4400. Os honorários foram de R\$ 54.498 e correspondem a 23,84% do valor total dos honorários relativos à prestação de serviços de auditoria e emissão de pareceres das demonstrações financeiras. A Deloitte declarou que os procedimentos previamente acordados limitaram-se a emissão de relatórios contendo as constatações factuais identificadas, e que não constituíram trabalho de auditoria ou revisão limitada, de modo a não interferir na independência e objetividade dos serviços de auditoria independente. As Demonstrações Financeiras serão apresentadas à Comissão de Valores Mobiliários - CVM, em atendimento à Instrução nº 480/09. O Relatório da Administração é parte integrante desta demonstrações e deve ser lido em conjunto com as respectivas Notas Explicativas. Desta forma, a CPSEC anuncia seus resultados referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2013. Os valores estão expressos em R\$ (reais) e de acordo com o disposto na Lei das Sociedades por Ações e normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

**Balanco Patrimonial Levantado em 31 de dezembro de 2013 (Valores expressos em reais R\$)**

Ativo	Notas Explic.	2013		2012	
		2013	2012	2013	2012
<b>Circulante</b>		<b>323.638.164</b>	<b>371.570.330</b>		
Caixa e Equivalentes de Caixa		59.337.996	61.012.184		
Bancos	5	104.246	164.308		
Aplicações Financeiras	5	59.233.748	60.847.876		
Contas a Receber		260.900.280	308.373.087		
Direitos Creditórios a Receber - PPI	6	295.574.126	326.356.698		
Ajuste a Valor Justo	6 e 12	(34.673.846)	(17.983.611)		
Tributos a Recuperar		3.378.888	2.160.759		
Tributos Correntes a Recuperar	7	3.378.888	2.160.759		
Outros Ativos Circulantes		20.000	24.300		
Despesas do Exercício Seguinte	7	20.000	24.300		
<b>Não Circulante</b>		<b>1.070.437.865</b>	<b>1.253.816.856</b>		
Tributos Diferidos		41.801.210	44.145.356		
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	12	41.801.210	44.145.356		
Tributos a Recuperar		-	-		
Contas a Receber		1.028.618.115	1.209.649.974		
Direitos Creditórios a Receber - PPI	6	818.667.318	1.208.978.249		
Direitos Creditórios - PPI Rompidos	6	432.596.495	256.997.501		
Ajuste a Valor Justo	6 e 12	(221.651.930)	(256.325.776)		
(-) Direitos Creditórios PPI Rompidos	6	(993.768)	-		
Ativo Permanente		-	-		
Imobilizado	8	18.540	21.526		
Bens Móveis		11.335	11.335		
Outros Imobilizações		14.510	14.510		
(-) Depreciação Acumulada		(7.305)	(4.319)		
<b>Total do Ativo</b>		<b>1.394.076.029</b>	<b>1.625.387.186</b>		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 (Valores expressos em reais R\$)**

Saldo em 01 de Janeiro de 2013	Capital Integrado	Reservas de Lucros		Ajuste de Avaliação Patrimonial	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total
		Reserva Legal	Reserva Especial			
Integralização de capital	335.000.000	152.440	2.134.160	(85.693.926)	(3.245.011)	248.347.663
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	-	-	-	-	338.398	338.398
Reserva Legal	-	16.920	-	-	(16.920)	-
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	4.550.400	(4.550.400)	-
Dividendo Mínimo Obrigatório	-	-	-	-	(84.599)	(84.599)
Dividendo Adicional Proposto	-	-	-	-	(236.879)	(236.879)
Distribuição de Dividendos	-	-	-	-	(2.134.160)	(2.134.160)
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2013</b>	<b>335.000.000</b>	<b>169.360</b>	<b>236.879</b>	<b>(81.143.526)</b>	<b>(7.795.411)</b>	<b>246.467.302</b>
Integralização de capital	331.000.000	-	-	-	(2.163.215)	1.836.785
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	(86.775.722)	(86.775.722)
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	-	-	-	-	3.048.800	3.048.800
Reserva Legal	-	152.440	-	-	(152.440)	-
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	1.081.796	(1.081.796)	-
Dividendo Mínimo Obrigatório	-	-	-	-	(762.200)	(762.200)
Dividendo Adicional Proposto	-	-	-	-	2.134.160	(2.134.160)
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2012</b>	<b>335.000.000</b>	<b>152.440</b>	<b>2.134.160</b>	<b>(85.693.926)</b>	<b>(3.245.011)</b>	<b>248.347.663</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstração dos Fluxos de Caixa - para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 (Valores expressos em Reais R\$)**

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	Notas Explic.	2013		2012	
		2013	2012	2013	2012
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	14	338.398	3.048.800		
Depreciação		2.986	2.986		
Ajuste a Valor Justo	12	(6.894.546)	(1.639.084)		
IRPJ e CSLL Diferidos		2.344.146	557.288		
Lucro (Prejuízo) Líquido Ajustado do Exercício		(4.209.016)	1.969.990		
(Aumento) em Direitos Creditórios a Receber - PPI - Circulante	6	30.782.572	(326.356.698)		
(Aumento) em Tributos a Recuperar		(1.219.129)	(2.118.871)		
Redução em Adiantamento a Terceiros		-	800.000		
(Aumento) em Despesas do Exercício Seguinte		4.300	(24.300)		
(Aumento) em Direitos Creditórios a Receber - PPI - Não Circulante	6	390.310.931	(204.248.311)		
(Aumento) em Direitos Creditórios PPI Rompidos - Não Circulante	6	(174.605.226)	(256.997.501)		
Aumento em Debêntures - Circulante	9	14.448.029	144.086.083		
Aumento (redução) em Fomecedores		974	16.930		
Aumento em Contas a Pagar		147.458	21.695		
Aumento em Outras Obrigações	13 e 14	(2.198.519)	2.581.745		
Aumento em Debêntures - Não Circulante	9	(253.002.402)	369.082.691		
<b>Total</b>		<b>338.398</b>	<b>3.048.800</b>		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 (Valores expressos em reais)**

**1. Contexto Operacional:** A Companhia Paulista de Securitização ("Companhia" ou "CPSEC") é uma sociedade por ações controlada pelo Estado de São Paulo, constituída em 15 de outubro de 2009, na forma autorizada pela Lei Estadual nº 13.723, de 29 de Setembro de 2009. A CPSEC é vinculada à Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo e tem por objeto social a aquisição de direitos creditórios de titularidade do Estado de São Paulo, originários de créditos tributários e não tributários, objeto de parcelamentos administrativos ou judiciais e a estruturação e implementação de operações que envolvam a emissão de valores

mobiliários, tais como debêntures, de emissão pública ou privada, ou outra forma de obtenção de recursos junto ao mercado de capitais, lastreadas nos referidos direitos creditórios. A CPSEC é registrada junto à Comissão de Valores Mobiliários - CVM, como Emissora de Valores Mobiliários na categoria B, na forma da Instrução nº 480/09, prestando regularmente todas as informações e obrigações exigidas pela CVM para essa categoria de empresa. Com a finalidade de atingir o seu objeto social, em 1º de março de 2012, a Companhia formalizou os seguintes instrumentos jurídicos para a aquisição de direitos de titularidade do Estado de São Paulo: • Celebrou

**Demonstração do Resultado - para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 (Valores expressos em reais R\$)**

Recorta de Venda de Bens e/ou Serviços	Notas Explic.	2013		2012	
		2013	2012	2013	2012
Recorta de Venda de Bens e/ou Serviços		107.292.829	94.962.705		
Recorta Atualização PPI - Sali	13	107.292.829	94.962.705		
<b>Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos</b>		<b>(106.931.651)</b>	<b>(91.160.900)</b>		
Juros Debêntures com Garantia Real	9	(49.399.449)	(40.999.568)		
Juros Debêntures Subordinadas	10	(57.532.202)	(50.161.332)		
<b>Resultado Bruto</b>		<b>361.178</b>	<b>3.801.805</b>		
<b>Despesas/Receitas Operacionais</b>		<b>(2.722.135)</b>	<b>(2.491.109)</b>		
<b>Despesas Gerais e Administrativas</b>		<b>(2.225.210)</b>	<b>(1.764.511)</b>		
Despesas com Salários	15	(1.208.115)	(870.903)		
Encargos Sociais e Obrigações Trabalhistas	15	(654.533)	(481.126)		
Serviços Técnicos Especializados		(290.310)	(246.574)		
Anúncios e publicações		(67.753)	(81.094)		
Despesas Legais e Societárias		(3.499)	(84.814)		
<b>Outras Receitas/Despesas Operacionais</b>		<b>(496.925)</b>	<b>(726.598)</b>		
Outras Receitas Operacionais		15.409	1.059		
Outras Despesas Operacionais		(512.334)	(727.657)		
<b>Resultado Financeiro</b>		<b>5.043.501</b>	<b>2.893.444</b>		
Receitas Financeiras	5	5.453.101	3.708.036		
Despesas Financeiras		(409.600)	(814.592)		
<b>Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro</b>		<b>2.682.544</b>	<b>4.204.140</b>		
<b>Aprovação de Impostos</b>	11	<b>(2.344.146)</b>	<b>(1.155.340)</b>		
Imposto de Renda		-	(433.391)		
Contribuição Social sobre o Lucro		-	(164.661)		
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		(2.344.146)	(557.288)		
<b>Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício</b>	14	<b>338.398</b>	<b>3.048.800</b>		
<b>Lucro (Prejuízo) Líquido por Ação (Básico e Diluído)</b>		<b>0,10101</b>	<b>1,32451</b>		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstração do Resultado Abrangente - para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 (Valores expressos em reais R\$)**

Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	2013		2012	
	2013	2012	2013	2012
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	338.398	3.048.800		
Outros Resultados Abrangentes	-	-		
<b>Resultado Abrangente do Exercício</b>	<b>338.398</b>	<b>3.048.800</b>		
<b>Resultado Abrangente do Exercício Atribuível A:</b>				
Acionistas da Companhia	338.398	3.048.800		
Participações de Não Controladores	-	-		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstração do Valor Adicionado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 (Valores expressos em Reais R\$)**

Recorta de Venda de Bens e/ou Serviços	2013		2012	
	2013	2012	2013	2012
Recorta de Venda de Bens e/ou Serviços	107.292.829	94.962.705		
Recorta Atualização PPI - Sali	89.309.216	90.491.740		
Reversão Ajuste a Valor Justo	17.983.611	4.470.965		
<b>Despesas e Insumos Adquiridos de Terceiros</b>	<b>(107.678.045)</b>	<b>(91.847.460)</b>		
Matérias, Energia, Serviços de Terceiros e Outros	(746.394)	(686.560)		
Juros de Debêntures com Garantia Real - 1ª emissão	(49.399.449)	(40.999.568)		
Juros de Debêntures Subordinadas - 1ª emissão	(46.443.138)	(47.329.452)		
Ajuste a Valor Justo	(11.089.064)	(2.831.880)		
<b>Valor Adicionado Bruto</b>	<b>(385.216)</b>	<b>3.115.245</b>		
<b>Retenções</b>	<b>(2.986)</b>	<b>(2.986)</b>		
Depreciação, Amortização e Exaustão	(2.986)	(2.986)		
<b>Valor Adicionado Líquido Produzido</b>	<b>(388.202)</b>	<b>3.112.259</b>		
<b>Valor Adicionado Recebido em Transferência</b>	<b>5.059.910</b>	<b>2.893.444</b>		
Receitas Financeiras	5.453.101	3.708.036		
Despesas Financeiras	(409.600)	(814.592)		
Outras Receitas Operacionais	15.409	1.059		
<b>Valor Adicionado Total a Distribuir</b>	<b>4.670.708</b>	<b>6.005.703</b>		
<b>Distribuição do Valor Adicionado</b>	<b>4.670.708</b>	<b>6.005.703</b>		
Pessoal	1.527.311	1.108.929		
Impostos, Taxas e Contribuições	2.804.999	1.847.974		
Remuneração de Capitais Próprios	338.398	3.048.800		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

• Escritura particular da 1ª (Primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia real, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação da Companhia Paulista de Securitização ("Debêntures"). • Celebrou com o Estado de São Paulo o Instrumento particular de contrato de promessa de cessão de direitos creditórios e outras averças ("Contrato de Cessão"), • Celebrou com a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários o Instrumento particular de contrato de promessa de cessão fiduciária e outras averças ("Contrato de Cessão Fiduciária"), • Celebrou com a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários o Instrumento particular de cessão fiduciária de bens e ativos financeiros em garantia ("Contrato de Cessão de Ativos Financeiros"). A CPSEC, por meio de Contrato de Cessão, adquiriu do Estado de São Paulo, seu acionista controlador, Direitos Creditórios originários do Programa de Parcelamento Incentivado do ICMS (PPI) no montante de R\$ 2.079.840.969, a valores de 1º de março de 2012. Em Reunião Ordinária realizada em 13 de Abril de 2012, o Conselho de Administração aprovou a taxa de juros de 2,90% a.a., a ser acrescida à taxa DI, via coleta de manifestações de interesse ("bookbuilding"), e o volume financeiro na data de emissão de R\$ 600.000.000, para a 1ª (Primeira) Continua .

Continuação

COMPANHIA PAULISTA DE SECURITIZAÇÃO - CPSEC

Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, de Especie com Garantia Real, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação ("Debêntures"). A liquidação financeira das Debêntures ocorreu em 17 de Abril de 2012, quando a Companhia captou R\$ 611.447.677. Em 20 de abril de 2012, em razão da aprovação das condições de colocação das Debêntures, o Estado de São Paulo subscreveu 10,479 Debêntures da 1ª (Primeira) Emissão Privada de Debêntures Subordinadas, Não Conversíveis em Ações, em Série Única da Companhia ("Debêntures Subordinadas"), no valor de R\$ 1.153.752.571, e integralizou por meio da cessão de Direitos Creditórios do PPI. Em 26 de Abril de 2012, o Estado de São Paulo subscreveu 3.310,000 ações ordinárias ao preço de emissão de R\$ 100,00 e valor de R\$ 331.000,00, em moeda corrente nacional, passando o capital subscrito e integralizado da Companhia a R\$ 335.000,00. A partir da liquidação financeira das Debêntures, da Subscrição das Debêntures Subordinadas e da celebração com o Estado dos Termos de Cessão de Direitos Creditórios, bem como da cessão fiduciária dos Direitos Creditórios ao Agente Fiduciário, a Companhia entrou em fase operacional. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, o lucro auferido foi de R\$ 338.398. As receitas com a atualização de PPI e de aplicações financeiras foram suficientes para cobrir o montante das despesas com as debêntures seniores, com as debêntures subordinadas e todas as demais despesas operacionais. Do lucro líquido registrado no exercício de 2013, no montante de R\$ 338.398, a Administração propôs a constituição de reserva legal no valor de R\$ 16.920, e a distribuição de dividendos no valor de R\$ 321.478, equivalente a R\$ 0,09996359 por ação ordinária. Sendo reajustado no passivo o valor R\$ 84.599 referendo ao exercício de 2013 e o restante de R\$ 236.879 foi destinado em Reserva Especial a ser pago após aprovação em Assembleia Geral.

**2. Base de Preparação das Demonstrações Financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração de demonstrações financeiras. a) Base de mensuração - Os principais ativos e passivos foram mensurados inicialmente (mensuração inicial) pelo seu valor justo e posteriormente (mensuração posterior) pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. b) Moeda funcional e moeda de apresentação - Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas foram arredondadas para a unidade mais próxima. c) Uso de estimativas e julgamento - A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados efetivos podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas, quando necessárias, são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As principais premissas utilizadas pela Administração no desenvolvimento das demonstrações financeiras são a determinação do valor justo de determinados ativos e passivos financeiros em sua mensuração inicial, conforme detalhado na nota explicativa nº 12. **Demonstração do valor adicionado:** A Companhia elaborou a demonstração do valor adicionado (DVA), nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, apresentada como parte integrante das demonstrações financeiras conforme práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas. A aprovação para conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria da Companhia em 26 de março de 2013.

**3. Principais Práticas Contábeis:** As principais práticas contábeis adotadas para a contabilização das operações e a elaboração das demonstrações financeiras são: a) Moeda estrangeira: No atual contexto operacional, a Companhia não tem transações referenciadas em moeda estrangeira. b) Caixa e equivalentes de caixa: Inclui caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras pós-liquidação resgatáveis a qualquer momento sem riscos insignificantes de variação de seu valor de mercado e sem penalidades. As aplicações financeiras são registradas ao valor justo, considerando os rendimentos proporcionalmente auferidos até a data de encerramento do exercício. c) Instrumentos financeiros: • Ativos financeiros não derivativos: A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: (i) ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado; e (ii) empréstimos e recebíveis. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado: Um ativo financeiro é classificado como valor justo por meio do resultado caso seja classificado como instrumento para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos, de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como custos insignificantes de qualquer valor justo por meio do resultado se os custos mensurados pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. **Empréstimos e recebíveis:** Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, deduzido de qualquer perda por redução ao valor recuperável. • Passivos financeiros não derivativos: Os passivos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. Após o reconhecimento inicial, se for o caso, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a transação seja realizada com a mesma contraparte, a Companhia tenha o direito legal e contratual de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente. • Ações ordinárias: Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações - quando for o caso - são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários. d) Imobilizado: **Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição que inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável ("impairment") acumuladas. O software comprado, que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento, é capitalizado como parte dos custos do equipamento. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado. **Depreciação:** A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais de perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis estimadas para os exercícios correntes e comparativos são as seguintes, sem terem sofrido quaisquer alterações:

Norma	Tópico	Detalhes
IFRS 2/CPC 10 - Pagamentos baseados em ações	Definição de condição de aquisição de direitos ( <i>vesting conditions</i> )	Altera as definições de "condição de aquisição de direitos" e "condições de mercado" e acrescenta definições para "metas de desempenho".
IFRS 3/CPC 15 - Combinações de Negócios	Contabilização de considerações contingentes em combinações de negócios	Requer que a consideração contingente que seja classificada como ativo ou passivo seja mensurada ao valor justo ao final de cada período de reporte
IFRS 8/CPC 22 - Segmentos Operacionais	Agregação de Segmentos Operacionais	Exige a divulgação dos julgamentos feitos pela Administração, na aplicação dos critérios utilizados na agregação dos segmentos operacionais
IFRS 16/CPC 27 - Ativo Imobilizado e IAS 38/ CPC 40 Ativo Intangível	Reconciliação do total de ativos dos segmentos reportáveis para o total de ativos da Entidade	A reconciliação do total dos segmentos reportáveis para os ativos da Entidade deve ser feita apenas se a informação dos ativos é fornecida regularmente ao principal tomador de decisão da Entidade
IFRS 13/CPC 46 - Mensuração de valor justo	Contas a receber e contas a pagar de curto prazo	Esclarece que a edição do IFRS 13 e as consequentes alterações ao IFRS 9 e IAS 39, não removem a possibilidade de mensurar contas a receber e contas a pagar de curto prazo numa base não descontada
IAS 16/CPC 27 - Ativo Imobilizado e IAS 38/ CPC 40 Ativo Intangível	Método de avaliação: Reapresentação proporcional da depreciação/amortização acumulada	Esclarece que o valor bruto do ativo imobilizado/intangível, é ajustado de maneira consistente com o valor do imobilizado/intangível reavaliado.

ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. **Ativos não financeiros:** O valor contábil dos ativos não financeiros da Companhia é revisado a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. f) Benefícios a empregados: Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. A Companhia não oferece benefícios de longo prazo a empregados. g) Provisões: Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja obtido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. h) Apuração do resultado: A receita operacional da Companhia é formada pelo montante de juros dos Direitos Creditórios e pelo resultado auferido nos investimentos em títulos e valores mobiliários. A despesa operacional é formada pelo montante de juros e atualização monetária das Debêntures, bem como demais despesas vinculadas à emissão dessas Debêntures. As receitas e despesas de juros dos Direitos Creditórios e a atualização monetária das Debêntures são apropriadas ao resultado com base nas taxas de juros efetivas das Debêntures. O imposto de renda e contribuição social O Imposto de Renda e a Contribuição Social correntes são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável que exceder a R\$ 240.000 no exercício para imposto de renda, e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social. O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do período, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras, e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação a períodos anteriores. O imposto de renda e contribuição social registrados são registrados com base em saldos de prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias, quando aplicável, na extensão em que for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para sua realização. j) Determinação do valor justo: As políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação usando técnica de avaliação para estabelecer qual teria sido o preço da transação na data de mensuração em uma troca entre partes não relacionadas, com base nos fluxos de caixa descontados a taxas de mercado observáveis disponíveis.

**4. Adoção de Normas Internacionais de Contabilidade Novas e Revisadas:** Foram editados os pronunciamentos e modificações correlacionados às IFRSs novas e revisadas apresentadas abaixo, porém ainda não reconhecidos pelo CPC. Em decorrência do compromisso do CPC de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam aprovados pela CPC até a data de sua aplicação obrigatória. **IFRS 9 - Instrumentos Financeiros - Classificação e Mensuração (CPC 38, 39 e 40)** - introduz novos requerimentos de classificação e mensuração de ativos financeiros e passivos financeiros. O IFRS 9 utiliza uma abordagem simplificada para mensurar um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo, com base na maneira pela qual uma entidade administra seus instrumentos financeiros (seu modelo de negócios) e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A norma exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos, e o reconhecimento do valor da variação no valor justo do passivo financeiro atribuído a mudanças no risco de crédito durante passivo como "Outros resultados abrangentes" observando certos critérios. Esta norma passa a vigorar para exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018, e a Administração fará revisão detalhada de seus passivos financeiros registrados ao valor justo para avaliar os efeitos resultantes de sua adoção, no entanto não são esperadas mudanças significativas em função da sua posição financeira atual. • **Alterações à IAS 32 - Instrumentos Financeiros - Apresentação (CPC 39)** - adiciona orientações sobre a compensação entre ativos financeiros e passivos financeiros, cuja alteração passa a vigorar para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014. A Companhia ainda está avaliando se essa alteração terá efeito significativo como resultado de sua adoção. • **Alterações às IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27 - Entidades de Investimento** - define uma entidade de investimento e exige que a entidade que reporta a informação apresente a definição de uma entidade de investimento não concluída suas controladas, mas, em vez disso, mensure suas controladas pelo valor justo através do resultado em suas demonstrações financeiras consolidadas e separada, além de requerimentos de divulgação. Esta alteração passa a vigorar para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014, e a Companhia não prevê efeitos como resultado de sua adoção. • **IAS 36 - Impairment de ativos (CPC 01)** - adiciona orientações sobre a divulgação de valores recuperáveis de ativos não financeiros, cuja alteração passa a vigorar para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014, e a Companhia está avaliando os impactos de divulgação quando de sua adoção. • **IAS 39 - Impairment de ativos** - adiciona orientações esclarecendo que não há necessidade de descontinuar "hedge accounting" se o instrumento derivativo for renovado, desde que certos critérios sejam atingidos. Essa alteração passa a vigorar para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014, e a Companhia não prevê efeito significativo como resultado de sua adoção. • **IFRIC 21 - Taxas** - fornece orientações sobre quando se deve reconhecer um passivo de uma taxa imposta pelo governo, passando o valor a partir de 1º de janeiro de 2014, e a Companhia está avaliando os impactos de divulgação quando de sua adoção. • **Ciclo de melhorias anuais das IFRSs 2010 - 2012** - as melhorias anuais de 2012. As melhorias anuais das IFRSs 2010 - 2012 geraram diversas alterações às IFRSs, as quais passam a vigorar a partir de 1º de julho de 2014.

Norma	Tópico	Detalhes
IAS 24/CPC 05 - Partes relacionadas	Pessoal chave da administração	Esclarece como pagamentos feitos para empresas que prestam serviços avaliados como chave para a gestão do negócio devem ser divulgados
IFRS 1/CPC 37 - Adoção Inicial das normas internacionais de contabilidade	Significado de IFRSs efetivos	Esclarece que versões das IFRSs devem ser utilizadas na adoção inicial (altera apenas a Base para conclusão da norma emitida pelo IASB).
IFRS 3/CPC 15 - Combinações de Negócios	Exclusão dos negócios em conjunto do alcance da norma	Esclarece que a norma exclui do seu escopo a formação dos negócios em conjunto nas demonstrações financeiras dos negócios em conjunto em si.
IFRS 13/CPC 46 - Mensuração de valor justo	Escopo da exceção aplicável aos portfólios de ativos e passivos (parágrafo 52)	Esclarece o escopo da exceção aplicável a mensuração do valor justo de grupos de ativos e passivos numa base líquida.
IAS 40/CPC 28 - Propriedade para investimento	Inter-relacionamento entre o IAS 40/ CPC 28 e o IFRS 3/CPC 15	Esclarece a inter-relação entre o IAS 40/CPC 28 e o IFRS 3/CPC 15, na classificação de uma propriedade como propriedade para investimento ou propriedade ocupada pelo proprietário.

A Companhia pretende adotar as normas aplicáveis quando as mesmas entrarem em vigor. Considerando as atuais operações da Companhia, não foram observadas alterações decorrentes das normas que entrarão em vigor assim como a Administração não espera que essas novas normas, interpretações e alterações tenham um efeito relevante sobre as demonstrações financeiras a partir de sua adoção.

**5. Caixa e Equivalentes de Caixa**

	2013	2012
Bancos	104.248	164.308
Aplicações em fundos de investimento (*)	59.233.748	60.847.876
<b>Total</b>	<b>59.337.996</b>	<b>61.012.184</b>

(\*) Relação das aplicações e saldos em fundos de investimento: (i) Cota de fundo de amortização das Debêntures com Garantia Real - BB CPSEC FIC RF LP no valor de R\$ 55.126.303. (ii) Conta movimento da Companhia - BB CP Corp. 10 Milhões no valor de R\$ 3.806.491. As cotas dos fundos de investimento estão custodiadas no Banco do Brasil e são avaliadas com base no valor da cota informado pelo Administrador. O resultado auferido com a remuneração das aplicações financeiras foi registrada como "Receitas Financeiras" no montante de R\$ 5.453.101 no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 3.708.036 em 2012).

**6. Direitos Creditórios:** Representam os valores dos Direitos Creditórios do PPI (Programa de Parcelamento de Incentivo do ICMS) ativos. Esses Direitos Creditórios têm condições de realização e atualização pela taxa Selic estabelecida em contrato e, dessa forma, caracterizam-se como recebíveis. A segregação do estoque dos Direitos Creditórios, conforme prazo de realização está demonstrado abaixo:

Classificação	2013		2012	
	Saldo devedor	Saldo credor	Saldo devedor	Saldo credor
Até 12 meses	295.574.126	326.356.697	278.391.590	307.382.337
Até 24 meses	492.979.060	604.352.469	432.357.544	240.192.206
Até 48 meses	4.059.125	57.051.237		
Até 60 meses				
<b>Após 60 meses</b>	<b>1.114.241.444</b>	<b>1.535.334.947</b>		
PPI rompido (a)	432.596.495	256.997.501		
PPI rompido - redutora (a)	(993.768)	-		
Ajuste a Valor Justo (b)	(256.325.776)	(274.309.386)		
<b>Total</b>	<b>1.290.512.164</b>	<b>1.518.023.062</b>		
<b>Curto Prazo</b>	<b>295.574.126</b>	<b>326.356.697</b>		
<b>Longo Prazo</b>	<b>818.667.318</b>	<b>1.208.978.249</b>		

(a) Referem-se a créditos vencidos de parcelamentos rompidos que serão compensados com as debêntures subordinadas e devolvidos ao Governo do Estado de São Paulo, findo a amortização das debêntures com garantia real. A conta redutora de PPI Rompidos, no valor de R\$ 993.768, refere-se ao somatório dos valores recebidos pelo Estado, mediante cobrança judicial/PGE, oriundos de débitos tributários incluídos no PPI cedidos, e que foram transferidos posteriormente à Companhia. (b) Referem-se ao ajuste a valor justo no reconhecimento inicial, deduzido das apropriações do período, dos direitos creditórios adquiridos do Governo do Estado de São Paulo.

**7. Outros Ativos Circulantes**

	2012	2011
Tributos a compensar (a)	3.379.883	2.160.759
Despesas do exercício seguinte (b)	20.000	24.300
<b>Total</b>	<b>3.399.883</b>	<b>2.185.059</b>

(a) O total de tributos a compensar compreende R\$ 1.112.548 de imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras, R\$ 1.046.461 de IRPJ e R\$ 820.761 de CSLL decorrentes de antecipações realizadas referentes no exercício de 2012 e R\$ 256.255 de IRPJ e R\$ 143.863 de CSLL apurados por estimativa no exercício de 2013. (b) Despesas do exercício seguinte referem-se a valores contabilizados da renovação de apólice de seguros D&O em abril de 2013, com vigência de 1 (um) ano e prêmio no valor de R\$ 80.000, sendo a despesa apropriada quando incorrida (o seguro de responsabilidade profissional D&O, directors & officers, foi contratado pela Companhia em nome de seus executivos, voltado a cobrir custos de defesa legal e indenizações decorrentes de processos judiciais e administrativos, aos quais estejam atreladas reclamações relacionadas às suas atividades da Companhia).

**8. Imobilizado**

Instalações	Taxa anual de depreciação - % corrigido	Custo depreciado acumulado	2013		2012	
			Total	Total	Total	Total
Instalações	10	11.335	(2.696)	8.639	9.773	
Software	5	7.950	(3.975)	3.975	5.565	
Beneficiárias em imóveis de terceiros	4	6.560	(634)	5.926	6.188	
<b>Total</b>		<b>25.845</b>	<b>(7.305)</b>	<b>18.540</b>	<b>21.526</b>	

**Movimentação no período**

Saldo em 31 de dezembro de 2012	21.526
Depreciação	(2.986)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	18.540

**9. Debêntures com Garantia Real:** Referem-se a operação de captação de recursos no mercado financeiro, através de títulos de emissão da própria Companhia. A Debênture é um título de crédito nominativo, de livre negociação, lastreado em Direitos Creditórios e constitui promessa de pagamento em dinheiro. Em 1º de março de 2012, a Companhia emitiu 1.200 (um mil e duzentas) debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, de espécie com garantia real, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação no valor unitário de R\$ 500.000, com vencimento final em 29 de fevereiro de 2016 e remuneração correspondente a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, Extra-Grupo, calculadas e divulgadas pela CETIP no Informativo Diário, capitalizada do "Spread" de 2,90% (dois inteiros e noventa centésimos por cento) ao ano, expressa em 252 dias úteis, definido em processo de "bookbuilding", tendo sua liquidação financeira ocorrido em 27 de abril de 2012, com a captação de R\$ 611.447.677. A totalidade das Debêntures emitidas apresenta as seguintes características em 31 de dezembro de 2013:

Continua

Continuação		COMPANHIA PAULISTA DE SECURITIZAÇÃO - CPSEC				31/12/2013	
Quantidade emitida:	1,200	<p>"Inputs", exceto preços cotados, incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivados de preços).</p> <p>• Nível 2 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Companhia utilizou o nível 2 na determinação do valor justo na mensuração inicial dos ativos e passivos financeiros mencionados acima.</p> <p><b>13. Operações com Partes Relacionadas:</b> <b>Controlador:</b> O Contrato de Cessão de Direitos Creditórios no montante de R\$ 2.079.840.969, a valores de 1º de março de 2012, conforme mencionado na nota explicativa nº 1, assim como a submissão de Debêntures Subordinadas no valor de R\$ 1.153.752.571, foram firmados com a Estado de São Paulo, seu acionista controlador. Em 31 de dezembro de 2013, os direitos creditórios recebidos por cessão do Estado de São Paulo montavam R\$ 1.546.837.939 (R\$ 1.792.332.447 em 2012) e produziram receita de R\$ 107.292.829 no exercício social (R\$ 94.962.705 em 2012), enquanto as debêntures subordinadas montavam a R\$ 910.280.131 (R\$ 1.004.748.421 em 2012) e produziram despesas de R\$ 57.532.200 no referido exercício. O Diretor Administrativo-Financeiro e de Relação com Investidores da Companhia atuou a função de Diretor da Companhia Paulista de Partes, também vinculada à Secretaria da Fazenda, empresa esta acionista com 0,03% do Capital Social da Companhia Paulista de Securitização. A Companhia é administrada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração, órgão este de deliberação colegiada responsável pela orientação superior da Companhia. <b>Outras obrigações:</b> Referem-se a valores transitórios devidos pela CPSEC ao Estado de São Paulo, decorrentes das diferenças apuradas entre a efetiva arrecadação mensal dos Direitos Creditórios e os valores informados nos relatórios gerados pela PRF. <b>PRF:</b> Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo, cujo saldo em 31 de dezembro de 2013 registrava R\$ 1.127.043 (R\$ 2.563.362 em 2012).</p> <p><b>14. Patrimônio Líquido:</b> a) Capital Social: Em 31 de dezembro de 2013, o capital subscrito e integralizado é de R\$ 335.000,00 em moeda corrente nacional, representado por 3.350.000 ações ordinárias, nominativas, escriturais sem valor nominal. É vedada a emissão de partes beneficiárias e de ações preferenciais. b) Lucro do Exercício: No exercício findo em 31 de dezembro de 2013 o lucro auferido, de R\$ 236.398. As receitas com a atualização de PPI e de aplicações financeiras foram suficientes para cobrir o montante das despesas com as debêntures seniores, com as debêntures subordinadas e todas as demais despesas operacionais. c) Reserva legal e Reserva Específica: A Reserva Legal, no valor de R\$ 169.360, é constituída à razão de 5% do Lucro Líquido apurado em cada exercício nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. A Reserva Específica, no valor de R\$ 236.879, é constituída à razão de 70% do lucro líquido do exercício, de forma a deslazar o valor do dividendo a ser distribuído. d) Dividendos: O Estatuto da Companhia autoriza o Conselho de Administração a: (i) declarar dividendos intermediários à conta dos lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral; bem como (ii) determinar o levantamento de balanços mensais, trimestrais ou semestrais e a declarar dividendos intercalares com base nos lucros neles apurados, observadas as limitações legais. O Estatuto estabelece também que as ações ordinárias terão direito a dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, após as deduções admitidas em lei. Em 2 de abril de 2013 foram pagos R\$ 2.896.360 aos acionistas da Companhia, referentes aos dividendos obrigatórios, no montante de R\$ 762.200, assim como aos dividendos adicionais propostos, no montante de R\$ 2.134.160, destacados na reserva especial de lucros, no Patrimônio Líquido. Referente ao resultado auferido no exercício social findo em 31 de dezembro de 2013, a Administração propôs a constituição de reserva legal no valor de R\$ 16.920, bem como a distribuição de dividendos no valor de R\$ 321.478, que representa 98% do lucro líquido do exercício e é equivalente a R\$ 0,08596358 por ação ordinária. A distribuição de dividendos será submetida à Assembleia Geral para ratificação, na forma prevista no Estatuto Social da Companhia e será destacada de forma segregada no balanço patrimonial da Companhia, sendo R\$ 84.600 na forma de dividendo mínimo obrigatório destacado no Passivo, e R\$ 236.879 na forma de dividendo adicional proposto destacado no Patrimônio Líquido. e) Ajuste de avaliação patrimonial: O ajuste de avaliação patrimonial se refere ao impacto do valor justo na mensuração inicial dos instrumentos financeiros mencionados na nota explicativa nº 12.</p> <p><b>15. Remuneração dos Administradores:</b> A gestão da Companhia é realizada pelos membros da Diretoria e do Conselho de Administração. O Conselho de Defesa dos Capitais do Estado ("CODEC") deliberou através do parecer nº 194/2011 o limite de remuneração da Diretoria e Conselhos das sociedades controladas pelo Estado. Além dos honorários mensais, o CODEC estabelece ainda uma Gratificação anual, "pro rata temporis", no valor de um honorário mensal a ser recebido no mês de dezembro de cada ano (13º salário). Os membros da Diretoria fazem jus a um prêmio eventual, conforme disposto no parecer CODEC nº 150/2005, e direito a descanso anual com características de licença remunerada pelo período de 30 dias corridos, com pagamento de adicional correspondente a 1/3 (um terço) dos honorários mensais na forma disposta no parecer CODEC nº 200/2008.</p>				Saldo de emissão em 01/03/2012:	R\$ 600.000,000
Valor de subscricao em 27/04/2012:	R\$ 11.447.677,77						
Valor atualizado em 31/12/2013:	R\$ 371.205.468						
*Spread:	2,90% ao ano						
Taxa efetiva (*):	DI + 3,33% ao ano						
Indexador utilizado:	100% DI						
Periodicidade de indexação:	diária e anual						
Prazo médio de vencimento:	48 meses						
(*) Apropriadas as despesas de estruturação e distribuição, a taxa efetiva do captação alcança 3,33% (três e trinta e três centésimos por cento) ao ano, acrescido de 100% (cem por cento) da taxa DI. O valor atualizado em 31 de dezembro de 2013 das Debêntures com Garantia Real Líquido dos custos de transação é R\$ 369.082.692. Vide abaixo a composição das Debêntures com Garantia Real por data de vencimento:							
<b>DEBÊNTURES COM GARANTIA REAL</b>							
	2013	2012					
<b>Classificação</b>	<b>Saldo devedor</b>	<b>Saldo devedor</b>					
Até 12 meses	159.925.780	145.860.517					
Até 24 meses	179.469.809	159.925.780					
Até 48 meses	31.809.880	211.279.689					
<b>Total</b>	<b>371.205.468</b>	<b>517.065.986</b>					
Custos de transação a amortizar	(2.122.776)	(3.897.210)					
<b>Total</b>	<b>369.082.692</b>	<b>513.168.776</b>					
<b>Curto Prazo</b>	<b>159.925.780</b>	<b>145.860.517</b>					
<b>Lucro Prazo</b>	<b>211.279.689</b>	<b>371.205.468</b>					
<b>10. Debêntures Subordinadas:</b> Em 30 de novembro de 2010 a Companhia emitiu 50.000 (cinquenta mil) debêntures subordinadas, simples, nominativas, não conversíveis em ações de emissão privada com valor unitário de R\$ 100,00, com vencimento 28 de fevereiro de 2025 com remuneração correspondente a 100% (cem por cento) da variação mensal acumulada da taxa SELIC pelo regime de capitalização simples, incidente sobre o saldo do valor nominal não amortizado de cada debênture subordinada. Na forma prevista no Contrato de Cessão, foram subscritas e integralizadas pelo Estado de São Paulo 10.479 Debêntures Subordinadas, com valor unitário de R\$ 110,101, por meio da celebração dos Boletins de Subscricao e Termos de Cessão, perfazendo um valor de R\$ 1.153.752.571. A totalidade das Debêntures Subordinadas emitidas apresenta as seguintes características:							
Quantidade subscrita:	10,479						
Valor de subscricao em 01/03/2012:	R\$ 1.153.752.571						
Valor atualizado em 31/12/2013:	R\$ 910.280.131						
Prazo de vencimento em 31/12/2013:	133 meses						
Indexador utilizado:	100% da taxa SELIC						
Periodicidade de indexação:	SEMIC						
As Debêntures Subordinadas possuem vencimento em 28 de fevereiro de 2025, com liquidação obrigatória somente nessa data, razão pela qual o valor total está registrado no longo prazo. O saldo remanescente de 39.521 Debêntures Subordinadas não subscritas foram canceladas, conforme previsto em contrato. A partir de outubro de 2012, após a constituição do Fundo de Amortização de Debêntures Subordinadas, as debêntures subordinadas com a utilização das disponibilidades mensais de caixa da Emissora que estejam devinudas e livres para transferência.							
<b>11. Outras Obrigações e Contingências:</b> <b>Obrigações sociais e trabalhistas:</b> A Companhia remunera mensalmente os colaboradores, diretores, conselheiros de administração e conselheiros fiscais, e provisiona os valores relativos à gratificação anual, licença remunerada e os respectivos encargos sociais e previdenciários, conforme disposições internas. No final do exercício social as obrigações trabalhistas a pagar somavam R\$ 115.385 e os encargos sociais R\$ 51.067. <b>Provisões Fiscais Previdenciárias, Trabalhistas e Cíveis:</b> Referem-se a provisões constituídas de férias, 13º salário, licença remunerada, bônus anual, FGTS e INSS. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013 o somatório destas provisões registravam R\$ 140.427. <b>Fornecedores:</b> Referem-se a despesas a pagar a empresa terceirizada, contratada para efetuar os registros contábeis da Companhia, bem como outros serviços prestados adquiridos no curso normal das atividades. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013 o somatório dos fornecedores a pagar registravam R\$ 21.804. <b>Provisão para pagamentos a efetuar:</b> Referem-se a provisões para pagamentos a efetuar de serviços de terceiros. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013 o somatório destas provisões registravam R\$ 29.311. <b>Passivos contingentes:</b> Não há litígio em andamento ou riscos que necessitem de provisão ou divulgação contábil, requerida de acordo com o CPC 25.							
<b>12. Mensuração Inicial de Ativos e Passivos Financeiros:</b> A Administração da CPSEC, em face da Deliberação CVM nº 904/09 que aprovou o CPC 38, que trata do reconhecimento e mensuração inicial dos instrumentos financeiros, classificou no ativo os Direitos Creditórios como Recebíveis, e na mensuração inicial do seu valor justo ("fair value") reconheceu uma redução no valor de R\$ 278.780.351. Em contrapartida, ao realizar a mensuração inicial do valor justo no passivo nas Debêntures Subordinadas, reconheceu uma redução de R\$ 147.301.984. O valor líquido da mensuração inicial considerou também a ativação de impostos diferidos no valor de R\$ 44.702.644, resultando no reconhecimento da redução do patrimônio líquido em R\$ 86.775.722. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foi incorporado ao resultado o montante de R\$ 6.894.546 (R\$ 4.550.400 líquido dos efeitos tributários), referente aos efeitos da mudança do valor justo após o reconhecimento inicial. As premissas utilizadas para aplicação do valor justo aos instrumentos financeiros consideraram a forma disposta no CPC 38 (Comitê de Pronunciamentos Contábeis), para precificação nas datas em que foram contraindidos pela Companhia. Para a apuração do valor justo dos Direitos Creditórios cedidos pelo Estado de São Paulo, em 20 de abril de 2012, com efeitos a partir de 1º de março de 2012, no valor de R\$ 2.079.840.969, os fluxos de recebíveis projetados foram descontados pela taxa de juros futuros do DI, divulgada pela BM&F, adicionada de um spread de 0,5% a.a.. Este "spread" foi estimado considerando que a taxa de risco de crédito do Estado de São Paulo, que releve substancialmente o risco de inadimplência dos respectivos Direitos Creditórios cedidos, seria superior ao risco do Tesouro Nacional (Taxa Selic-DI) e inferior aos taxas dos Direitos Creditórios cedidos pelo Estado. Para apuração do valor justo das Debêntures Subordinadas, subscritas e integralizadas pelo Estado de São Paulo, no valor de R\$ 1.153.752.571, foram usadas as mesmas premissas utilizadas para trazer a valor justo o contrato de cessão de direitos creditórios, tendo em vista que as Debêntures Subordinadas foram emitidas, essencialmente, como mecanismo de retorno ao Estado dos excedentes financeiros oriundos do recebimento dos Direitos Creditórios, após a amortização das Debêntures com Garantia Real. A aplicação da apuração do valor justo das debêntures com Garantia Real, no montante de R\$ 611.447.677, foi nulo em função das taxas de emissão serem apuradas em processo de "bookbuilding" e contratadas com partes não relacionadas. Diante da capacidade e da intenção de manter a vencimento dos instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia, premissa reforçada por força contratual, os efeitos apurados no reconhecimento inicial do valor justo, serão apropriados na proporção e data de vencimento dos respectivos fluxos projetados. <b>Divulgação do valor justo de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2013:</b> Em 31 de dezembro de 2013 o valor justo dos ativos e passivos se aproximou do valor contábil, em razão das aplicações financeiras serem consideradas como equivalentes de caixa e a operação dos direitos creditórios e a emissão de debêntures terem sido realizadas recentemente não tendo ocorrido nenhum evento que pudesse modificar significativamente o valor justo dos instrumentos.							
<b>Divulgação dos instrumentos financeiros por classe</b>							
	<b>Valor contábil</b>	<b>Categoria</b>					
<b>Ativos Financeiros</b>							
Aplicações Financeiras	59.337.996	Valor justo através resultado					
Direitos Creditórios	1.290.512.163	Empréstimos e recebíveis					
<b>Passivos Financeiros</b>							
Debêntures							
Garantia Real	369.082.693	Outros passivos mensurados ao custo amortizado					
Debêntures Subordinadas	776.899.091	Outros passivos mensurados ao custo amortizado					
<b>Hierarquia de valor justo:</b> Os instrumentos financeiros da Companhia estão registrados pelo valor justo, utilizando o método de avaliação considerando os diferentes níveis definidos a seguir: • Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • Nível 2 -							
		<b>Exercício</b>	<b>2013</b>	<b>Exercício</b>	<b>2012</b>		
		<b>RS</b>	<b>RS</b>	<b>RS</b>	<b>RS</b>		
<b>Despesas trabalhistas e previdenciárias:</b>							
Honorários da diretoria e conselho	1.011.655	181.192	712.631	159.051			
Salários	255.574	98.636	158.272	74.069			
Férias e 13º salário	40.215	13.405	27.104	10.732			
Licença remunerada	64.904	20.825	90.501	12.440			
Gratificação anual	65.888	18.983	63.911	14.928			
Despesa de INSS	336.338	75.194	243.099	64.858			
Despesa de FGTS	89.074	19.101	56.513	15.579			
Total de despesas	1.863.648	427.336	1.352.025	351.657			
		<b>2013</b>	<b>2012</b>				
		<b>4º trim. acum.</b>	<b>4º trim. acum.</b>				
		<b>Trimestre</b>	<b>Trimestre</b>				
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		2.682.544	2.126.311	4.204.140	(2.484.722)		
(-) Exclusão Ajuste a Valor Justo		(6.894.546)	(2.399.927)	(1.639.085)	(811.000)		
Base de cálculo antes da compensação de Prejuízo Fiscal (IRPJ) e Base Negativa (CSLL) não reconhecidas anteriormente		(4.212.002)	(273.616)	2.565.055	(3.295.722)		
Compensação de Prejuízo Fiscal (IRPJ) e Base Negativa (CSLL)		-	-	(735.493)	-		
Base de cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social		(4.212.002)	(273.616)	1.829.562	(3.295.722)		
Provisão para Imposto de Renda (IRPJ) Corrente		-	-	433.390	-		
Provisão para Contribuição Social (CSLL) Corrente		-	-	164.661	-		
IRPJ e CSLL sobre Ajuste a Valor Justo		2.344.146	815.975	557.289	275.740		
<b>17. Gerenciamento de Riscos: Visão geral</b> Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia aos riscos citados a seguir: os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras. Especificamente quanto às aplicações financeiras, essas são mantidas em montantes adequados à garantia de liquidez da Companhia, estando aplicadas junto a instituições financeiras de primeira linha e consideradas como expostas a baixo risco. A Companhia mantém uma reserva mínima de liquidez, em aplicações de curto prazo, para cobertura das obrigações assumidas na hipótese de descaçoamento de fluxo financeiro. As Debêntures, por sua vez, são títulos colocados no mercado com o objetivo de obter recursos que viabilizem a aquisição de Direitos Creditórios. As condições estabelecidas para resgate dos títulos foram definidas em virtude das taxas, dos indexadores, dos prazos e do fluxo de amortização dos recebíveis que lhes dão lastro, gerando compatibilidade entre ativos e passivos.							
		<b>Saldo</b>	<b>Provável</b>	<b>Possível (i)</b>	<b>Remoto (ii)</b>		
		<b>31/12/2013</b>	<b>11,00%</b>	<b>13,75%</b>	<b>16,50%</b>		
Ativos							
Aplicações Financeiras	59.233.748	65.749.460	67.378.368	69.007.316			
Direitos Creditórios (PPI)	1.546.837.939	1.650.630.765	1.765.578.972	1.702.527.178			
Total do Ativo	1.606.071.687	1.716.380.225	1.743.957.360	1.771.534.494			
Variação	-	110.308.538	137.885.673	165.462.807			
<b>Passivo</b>	<b>Saldo</b>	<b>Provável</b>	<b>Possível (i)</b>	<b>Remoto (ii)</b>			
		<b>31/12/2013</b>	<b>11,00%</b>	<b>13,75%</b>	<b>16,50%</b>		
Debêntures							
Garantia Real	371.205.468	423.987.174	434.491.361	444.995.548			
Debêntures Subordinada	910.280.131	971.359.928	986.629.877	1.001.899.827			
Total do Passivo	1.281.485.600	1.395.347.102	1.421.121.238	1.446.895.374			
Variação	-	113.861.502	139.635.638	165.409.774			
Resultado = TT Ativo - TT Passivo	-	(3.552.964)	(1.749.966)	53.033			
Resultado da Variação	-	-	1.802.999	3.605.997			
				<i>Continua</i>			

Continuação		COMPANHIA PAULISTA DE SECURITIZAÇÃO - CPSEC																			
<b>(i) Aumento de 25% da taxa básica de juros (Selic) provável. (ii) Aumento de 50% da taxa básica de juros (Selic) provável.</b>		efetuadas no exercício social, com as disponibilidades mensais de caixa da Companhia, alcançaram o montante de R\$ 109.780,015.																			
Cenário Possível: premissa considerada pela Administração com elevação de 25% na variável de risco (aumento de 25% na taxa básica de juros) indica uma variação positiva no resultado líquido de R\$ 1.802.999, (ii) Cenário Remoto: premissa considerada pela Administração com elevação de 50% na variável de risco (aumento de 50% na taxa básica de juros) indica uma variação positiva no resultado líquido de R\$ 3.605.997.		<b>19. Informação por Segmento:</b> A operação da Companhia consiste, única e exclusivamente, em securitizar Direitos Creditórios do Programa de Parcelamento Incentivado do ICMS (PIPI), do Estado de São Paulo, por meio de Contrato de Cessão, em contrapartida da emissão de Debêntures para captação de recursos no mercado aberto, sendo este o único segmento de negócio da Companhia e base para tomada de decisões dos administradores.																			
<b>18. Eventos de Indenização e Amortização das Debêntures Subordinadas:</b> O Contrato de Cessão estabeleceu a obrigação do Estado de São Paulo indenizar a CPSEC no caso de extinção total ou parcial dos Direitos Creditórios ou na hipótese do recebimento pelo Estado dos Direitos Creditórios caducos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foram realizados eventos de indenização entre o Estado de São Paulo e a Companhia, no montante de R\$ 31.131,467, conforme havia sido previsto no Contrato de Cessão de Direitos Creditórios entre as partes. O ajuste foi favorável à Companhia, permitindo, assim, a compensação do valor equivalente para a redução do saldo devedor das debêntures subordinadas. As amortizações financeiras antecipadas das debêntures subordinadas.		<b>20. Lucro Básico e Diluído por Ação:</b> A tabela a seguir reconcilia o lucro líquido e a média ponderada do valor por ação, utilizado para o cálculo do lucro básico e diluído por ação.																			
		<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2013</th> <th>2012</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Lucro Líquido/Prejuízo do período</td> <td>338.398</td> <td>3.048.800</td> </tr> <tr> <td>Número de Ações durante o período</td> <td>3.350.000</td> <td>2.301.833</td> </tr> <tr> <td>Lucro/Prejuízo por ação - básico e diluído (R\$)</td> <td>0,10101</td> <td>1,32451</td> </tr> </tbody> </table>			2013	2012	Lucro Líquido/Prejuízo do período	338.398	3.048.800	Número de Ações durante o período	3.350.000	2.301.833	Lucro/Prejuízo por ação - básico e diluído (R\$)	0,10101	1,32451						
	2013	2012																			
Lucro Líquido/Prejuízo do período	338.398	3.048.800																			
Número de Ações durante o período	3.350.000	2.301.833																			
Lucro/Prejuízo por ação - básico e diluído (R\$)	0,10101	1,32451																			
		<b>21. Transações que não Impactaram a Demonstração dos Fluxos de Caixa:</b> Todas as transações realizadas pela Companhia que envolveram o caixa estão refletidas na demonstração do fluxo de caixa de 31 de dezembro de 2013, sendo efetuado como ajuste usual no resultado do exercício os valores contábeis da despesa de depreciação e da realização do ajuste a valor justo. No exercício social findo em 31 de dezembro de 2013, a Companhia realizou a seguinte transação que não envolveu o caixa, e que, portanto, não está refletida na demonstração do fluxo de caixa. - Compensação no valor nominal das debêntures subordinada do montante apurado nos eventos de indenização, conforme mencionado na nota explicativa 16.																			
		<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">Conselho de Administração</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Andrea Sandro Calabi</td> <td>Philippe Vedolin Duchateau</td> </tr> <tr> <td>Jorge Luiz Avila da Silva</td> <td></td> </tr> <tr> <th colspan="2">Diretoria</th> </tr> <tr> <td>Jorge Luiz Avila da Silva - Diretor Presidente</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Max Freddy Frauendorf - Diretor de Gestão Corporativa</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Tomás Bruginis de Paula - Dir. Administ. Financ. e de Rel. com Investid.</td> <td></td> </tr> <tr> <th colspan="2">Contador</th> </tr> <tr> <td>Renato Vieira Pita - CRC nº 1SP 215.576/O-8 - CPF 280.830.348-35</td> <td></td> </tr> </tbody> </table>		Conselho de Administração		Andrea Sandro Calabi	Philippe Vedolin Duchateau	Jorge Luiz Avila da Silva		Diretoria		Jorge Luiz Avila da Silva - Diretor Presidente		Max Freddy Frauendorf - Diretor de Gestão Corporativa		Tomás Bruginis de Paula - Dir. Administ. Financ. e de Rel. com Investid.		Contador		Renato Vieira Pita - CRC nº 1SP 215.576/O-8 - CPF 280.830.348-35	
Conselho de Administração																					
Andrea Sandro Calabi	Philippe Vedolin Duchateau																				
Jorge Luiz Avila da Silva																					
Diretoria																					
Jorge Luiz Avila da Silva - Diretor Presidente																					
Max Freddy Frauendorf - Diretor de Gestão Corporativa																					
Tomás Bruginis de Paula - Dir. Administ. Financ. e de Rel. com Investid.																					
Contador																					
Renato Vieira Pita - CRC nº 1SP 215.576/O-8 - CPF 280.830.348-35																					

O Conselho Fiscal da Companhia Paulista de Securitização - CPSEC, dando cumprimento ao que dispõe o artigo 163 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e as alterações subsequentes, examinou as Demonstrações Financeiras da Empresa, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado Adicionado, complementados pelas Notas Explicativas e pelo Relatório de Administração, sobre os negócios sociais e principais fatos administrativos do exercício. Com fundamento nas análises realizadas, bem como nos esclarecimentos adicionais prestados pela Administração e à vista do relatório da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, datado de 26 de março de 2014, sem ressalvas, este Conselho é de opinião que o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras estão em condições de ser submetidas à deliberação dos Senhores Acionistas, É o Parecer.

São Paulo, 26 de março de 2014

José Antonio Parimoschi	Marcio Cury Abumussi	Caio Augusto de Oliveira Casella
<b>Relatório dos Auditores Independentes</b>		
estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. <b>Opinião:</b> Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Paulista de Securitização em 31 de dezembro de 2013, e o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. <b>Ênfase:</b> Sem modificar a nossa opinião, chamamos a atenção para o fato de que a Companhia tem por atividade única e exclusiva a aquisição de direitos creditórios de titularidade do Estado de São Paulo, originários de créditos tributários e não tributários, mantendo, portanto, operações em montantes significativos com o referido órgão governamental. Estas transações foram efetuadas em condições comerciais e financeiras estabelecidas de comum acordo entre as partes, conforme mencionado nas notas explicativas nºs 1 e 13 às demonstrações financeiras. Caso tivessem sido realizadas com terceiros, os valores e resultados dessas transações poderiam ser diferentes. <b>Outros assuntos:</b> Demonstração do valor adicionado: Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.		
São Paulo, 26 de março de 2014		
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU	Marcelo Luis Teixeira dos Santos	
Auditores Independentes	Contador	
CRC nº 2 SP 011609/O-8	CRC nº 1 PR 050377/O-6	

## Assis Participações S.A.

CNPJ/MF nº 07.372.738/0001-29

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais - R\$)		Demonstrações do Resultado						
Balanços Patrimoniais levantados em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais - R\$)		Res. de Lucros						
	2013	2012	2013	2012				
<b>Ativos</b>								
<b>Circulantes</b>								
Caixa e equivalentes de caixa	3.674	3.395						
Despesas antecipadas	3	1						
Total do Circulantes	3.677	3.396						
<b>Não Circulantes</b>								
Investimentos	2.059	1.424						
Total do Não Circulantes	2.059	1.424						
<b>Total do Ativos</b>	<b>5.736</b>	<b>4.820</b>						
<b>Passivos e Patrimônio Líquido</b>								
<b>Circulantes</b>								
Obrigações tributárias			8	4				
Outras contas a pagar			578	381				
Total do Circulantes			586	385				
<b>Patrimônio Líquido</b>								
Capital social			3.894	3.294				
Reserva de capital			132	132				
Reserva de lucros			1.124	1.009				
Total do Patrimônio Líquido			5.150	4.435				
<b>Total dos Passivos e do Patrimônio Líquido</b>	<b>5.736</b>	<b>4.820</b>						
aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário o uso de estimativas para a contabilização de certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras incluem, portanto, estimativas referentes a provisões necessárias. Estas, apesar de refletirem a melhor estimativa possível por parte da Administração da Sociedade, podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais. As principais práticas contábeis são como segue: <b>a) Caixa e equivalentes de caixa:</b> Representados por contas bancárias, cujos saldos são imediatamente disponíveis. <b>b) Investimento:</b> Demonstrado ao custo de aquisição. <b>c) Direitos e obrigações:</b> Os direitos e as obrigações sujeitos à variação monetária ou cambial estão demonstrados pelos seus valores atualizados até a data do balanço. <b>d) Imposto de Renda e Contribuição Social:</b> A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota de 15%, acrescida do adicional específico de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240. A Contribuição Social foi constituída à alíquota de 9% sobre o lucro tributável. <b>e) Lucro por ação:</b> Calculado com base na quantidade de ações na data do balanço.								
<b>3. Investimento - E composto por:</b>								
			2013	2012				
Terrenos			830	830				
Imóveis			849	284				
Veículos			380	310				
Total do Investimento			2.059	1.424				
<b>4. Patrimônio Líquido - a) Capital Social:</b> O capital social da Sociedade, totalmente subscrito e totalmente integralizado em bens, está representado								
<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">Diretoria</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Victor Rocha de Assis - Diretor</td> <td></td> </tr> </tbody> </table>					Diretoria		Victor Rocha de Assis - Diretor	
Diretoria								
Victor Rocha de Assis - Diretor								
<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">Contador</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Alex Roberto dos Santos Grillo - CRC 1SP 194.771/O-8</td> <td></td> </tr> </tbody> </table>					Contador		Alex Roberto dos Santos Grillo - CRC 1SP 194.771/O-8	
Contador								
Alex Roberto dos Santos Grillo - CRC 1SP 194.771/O-8								

## PTMA Participações S.A.

CNPJ/MF nº 07.308.334/0001-76

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais - R\$)		Demonstrações do Resultado						
Balanços Patrimoniais		Res. de Lucros						
	2013	2012	2013	2012				
<b>Ativos</b>								
<b>Circulantes</b>								
Caixa e equivalentes de caixa	675	708						
Impostos a recuperar	9	1						
Total do Circulantes	684	709						
<b>Não Circulantes</b>								
Investimentos	1.120	1.120						
Total do Não Circulantes	1.120	1.120						
<b>Total do Ativos</b>	<b>1.804</b>	<b>1.829</b>						
<b>Passivos e Patrimônio Líquido</b>								
<b>Circulantes</b>								
Obrigações tributárias			3	10				
Contas a pagar				34				
Total do Circulantes			3	44				
<b>Patrimônio Líquido</b>								
Capital Social			2.129	2.129				
Prejuízos acumulados			(328)	(344)				
Total do Patrimônio Líquido			1.801	1.785				
<b>Total dos Passivos e do Patrimônio Líquido</b>	<b>1.804</b>	<b>1.829</b>						
específico de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240. A contribuição social foi constituída à alíquota de 9% sobre o lucro tributável.								
<b>3. Investimento - E composto por:</b>								
			2013	2012				
Imóveis			1.088	1.088				
Veículos			32	32				
Total do investimento			1.120	1.120				
<b>4. Patrimônio Líquido - a) Capital Social:</b> O capital social da Sociedade, totalmente subscrito e totalmente integralizado em bens, está representado por 2.129.080 ações ordinárias nominativas, com valor nominal de R\$ 1,00.								
<b>b) Dividendos:</b> Aos titulares de ações é atribuído, em cada exercício, um dividendo mínimo, não inferior a 25% do lucro líquido, calculado nos termos da lei societária.								
<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">Diretoria</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Paulo Mangabeira Albernaz Neto - Diretor</td> <td></td> </tr> </tbody> </table>					Diretoria		Paulo Mangabeira Albernaz Neto - Diretor	
Diretoria								
Paulo Mangabeira Albernaz Neto - Diretor								
<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">Contador</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Alex Roberto dos Santos Grillo - CRC 1SP 194.771/O-8</td> <td></td> </tr> </tbody> </table>					Contador		Alex Roberto dos Santos Grillo - CRC 1SP 194.771/O-8	
Contador								
Alex Roberto dos Santos Grillo - CRC 1SP 194.771/O-8								